



Prova objetiva, discursiva e de redação – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE - PSICÓLOGO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, uma questão discursiva e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos destinado à resposta da questão discursiva e à redação



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a elaboração do texto definitivo da resposta da questão discursiva e da redação
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Básicos

Texto 1 – Facebook

Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta, em que são feitos altos investimentos. Mas, às vezes, uma simples ideia pode valer mais do que muita tecnologia. É o caso da maior rede social do mundo, o *Facebook*.

Segundo o seu criador Mark Zuckerberg, em seu segundo ano da Universidade de Harvard (2004), ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem. Pensando nisso, Mark elaborou – em duas semanas e com apenas 19 anos de idade – a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social.

Mas há quem diga que a história inicial não foi tão sublime, mas que tudo começou como uma brincadeira: Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita. Outro detalhe não menos importante seria que o desenvolvimento do *Facebook* contou com a colaboração de mais colegas, entre eles o brasileiro Eduardo Saverin, reconhecido como o co-fundador do site.

De qualquer forma, e intrigas à parte, inovação e agilidade transformaram esse pequeno projeto/brincadeira em uma empresa extremamente lucrativa, com mais de 500 milhões de usuários, faturamento bilionário e um valor de 50 bilhões de dólares, estimado pelo Banco Sachs em janeiro de 2011, maior do que o da Time Warner. (Paulo Roberto Moraes, *Urbanização e Metropolização*, São Paulo, 2011)

1

O objetivo mais importante do texto 1, segundo o que se pode apreender de sua estrutura, é:

- (A) demonstrar a capacidade tecnológica da juventude moderna;
- (B) mostrar o valor da criatividade num mundo tecnológico;
- (C) indicar um novo caminho para o desenvolvimento da Informática;
- (D) criticar o aprisionamento intelectual causado pela tecnologia;
- (E) comprovar que a sociedade americana se fundamenta na meritocracia.

2

“Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta, em que são feitos altos investimentos”.

O comentário adequado sobre os componentes desse período inicial do texto 1 é:

- (A) a forma verbal “vimos” mostra que se trata de um texto produzido anteriormente e que está sendo, agora, reproduzido;
- (B) a falta de informações sobre o Vale do Silício, que aparece sem aposto explicativo, mostra que o autor do texto o considera de amplo conhecimento público;
- (C) os elementos identificadores que caracterizam o Vale do Silício se localizam no terreno da paisagem física;
- (D) com exceção de “altos investimentos”, as características do Vale do Silício exemplificam aspectos positivos;
- (E) as marcas econômicas caracterizadoras do Vale do Silício se opõem semanticamente ao termo “tecnopolo”.

3

Em muitas passagens do texto 1, alguns termos são explicitados na progressão textual. Entre os termos sublinhados abaixo, aquele que NÃO recebe explicitação alguma é:

- (A) “Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta, em que são feitos altos investimentos”;
- (B) “... ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem”;
- (C) “... o desenvolvimento do *Facebook* contou com a colaboração de mais colegas, entre eles o brasileiro Eduardo Saverin”;
- (D) “...uma empresa extremamente lucrativa, com mais de 500 milhões de usuários, faturamento bilionário e um valor de 50 bilhões de dólares”;
- (E) “... mas que tudo começou como uma brincadeira: Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita”.

4

O significado do termo destacado que está corretamente indicado é:

- (A) “Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta...” / apontada como a melhor;
- (B) “Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia...” / revelando partes do corpo;
- (C) “a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social” / empresa de Informática;
- (D) “a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social”. / primeira etapa de uma produção;
- (E) “estimado pelo Banco Sachs em janeiro de 2011” / avaliado.

5

“... ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem”.

Da forma como está redigido, a expressão “de que gostavam” se refere a(ao):

- (A) tudo o que antes foi referido;
- (B) ato de estudar;
- (C) todas as coisas que apreciavam;
- (D) fotos aludidas anteriormente;
- (E) lazer da época estudantil.

6

Na frase “...em que são feitos altos investimentos”, a forma verbal na voz passiva permite a:

- (A) omissão do agente da ação;
- (B) falta de indicações temporais;
- (C) localização dos fatos no presente;
- (D) indicação clara do término da ação;
- (E) informação sobre o local da ação.

7

O par de palavras do texto 1 em que a troca de posição entre substantivo e adjetivo gera possível mudança de sentido é:

- (A) altos investimentos;
- (B) indústria avançada;
- (C) tecnopolo importante;
- (D) simples ideia;
- (E) famosa rede.

8

O texto 1 se utiliza de uma série de recursos gráficos na produção de seu sentido. A explicação inadequada para o recurso gráfico empregado é:

- (A) *Facebook* em itálico / indicar um estrangeirismo;
- (B) os parênteses em (2004) / acrescentar uma informação;
- (C) os travessões no 2º parágrafo / destacar dado de impacto;
- (D) barra inclinada em projeto/brincadeira / mostrar mudança de estado;
- (E) emprego de iniciais maiúsculas em *Facebook* / marcar um nome próprio.

9

Observe as seguintes frases do texto 1: “ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem” e “tudo começou como uma brincadeira: Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita”.

Sobre o emprego dos dois pontos (:) nesses segmentos, é correto afirmar que:

- (A) nos dois casos há explicitação de termos anteriores;
- (B) nos dois casos, os dois pontos precedem uma enumeração;
- (C) apenas no segundo caso há uma enumeração;
- (D) apenas no primeiro caso há uma explicitação;
- (E) nos dois casos essa pontuação poderia ser substituída por vírgulas.

10

O segmento do terceiro parágrafo do texto 1 que mostra um problema de incoerência é:

- (A) “Mas há quem diga que a história inicial não foi tão sublime...”;
- (B) “Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia...”;
- (C) “Outro detalhe não menos importante seria que o desenvolvimento do *Facebook* contou com a colaboração de mais colegas”;
- (D) “entre eles o brasileiro Eduardo Saverin, reconhecido como o co-fundador do site”;
- (E) “mas que tudo começou como uma brincadeira”.

11

“Segundo o seu criador Mark Zuckerberg, em seu segundo ano da Universidade de Harvard (2004) ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem. Pensando nisso, Mark elaborou – em duas semanas e com apenas 19 anos de idade – a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social”.

O termo sublinhado que NÃO apresenta antecedente no texto é:

- (A) seu;
- (B) ele;
- (C) o;
- (D) que;
- (E) essa.

12

“... a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social”.

A forma verbal “tornaria” foi empregada com o seguinte valor:

- (A) marcar um fato futuro, mas próximo;
- (B) transportarmo-nos a uma época passada e descrevermos o que seria ação futura;
- (C) designar fatos passados concebidos como contínuos ou permanentes;
- (D) indicar ações posteriores à época em que se fala;
- (E) exprimir a incerteza sobre fatos passados.

13

“De qualquer forma, e intrigas à parte, inovação e agilidade transformaram esse pequeno projeto/brincadeira”.

A expressão “De qualquer forma” indica:

- (A) resumo de elementos anteriores;
- (B) retificação de erros cometidos;
- (C) modificação de informações prestadas;
- (D) tentativa de simplificação;
- (E) desprezo de argumentos contrários.

14

Observe o seguinte segmento do texto 1: “Pensando nisso, Mark elaborou – em duas semanas e com apenas 19 anos de idade – a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social”. Sobre as duas formas do demonstrativo *esse/essa/esses/essas/isso* empregadas, é correto afirmar que:

- (A) referem-se a termos anteriores, com certo distanciamento de tempo;
- (B) prendem-se a elementos mais próximos dentro do contexto;
- (C) ligam-se a fatos que ainda vão ser esclarecidos na progressão textual;
- (D) substituem termos anteriores, construindo coesão entre segmentos;
- (E) indicam proximidade dos elementos referidos em relação ao leitor.

15

“Mas, às vezes, uma simples ideia pode valer mais do que muita tecnologia”.

O emprego das vírgulas, nesse caso, se repete, pela mesma razão, em:

- (A) “Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta,...”;
- (B) “Pensando nisso, Mark elaborou – em duas semanas e com apenas 19 anos de idade...”;
- (C) “... ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas...”;
- (D) “Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita”;
- (E) “faturamento bilionário e um valor de 50 bilhões de dólares, estimado pelo Banco Sachs em janeiro de 2011, maior do que o da Time Warner”.

16

O segmento do texto 1 que NÃO expressa qualquer variação de grau de um adjetivo é:

- (A) “transformaram esse pequeno projeto/brincadeira em uma empresa extremamente lucrativa”;
- (B) “Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita”;
- (C) “Outro detalhe não menos importante seria que o desenvolvimento do Facebook contou...”;
- (D) “a história inicial não foi tão sublime, mas que tudo começou como uma brincadeira”;
- (E) “uma simples ideia pode valer mais do que muita tecnologia”.

17

A frase abaixo que apresenta uma relação de sentido com o termo “tecnopolo”:

- (A) A revolução tecnocientífica que marcou o século XX, em especial a segunda metade, trouxe consequências também na organização espacial das cidades.
- (B) A concentração da produção bélica em locais afastados obedeceria a preocupações com a segurança.
- (C) Nas últimas décadas tem ocorrido um fenômeno importante: algumas universidades investiram tempo e dinheiro no aprimoramento técnico de seus alunos.
- (D) A pesquisa e os institutos de tecnologia passaram a ser centros de interesse para a dinâmica capitalista em busca de produção mais barata.
- (E) Algumas novas cidades se desenvolvem com base numa solidariedade social até então desconhecida.

18

A expressão “intrigas à parte”, presente no último parágrafo do texto 1 informa que:

- (A) o Facebook despertou inveja nos concorrentes;
- (B) alguns fatos não foram citados no texto;
- (C) o autor do texto demonstra desconhecimento do tema;
- (D) o texto despreza temas pouco elegantes;
- (E) alguns técnicos não apóiam o Facebook.

19

A estruturação do texto 1 pode ser definida como:

- (A) didática, pois se dedica à organização de conhecimentos;
- (B) informativa, pois reúne fatos atuais;
- (C) publicitária, pois faz propaganda clara de um produto;
- (D) argumentativa, pois apresenta uma tese e argumentos;
- (E) narrativa, pois mostra uma sequência cronológica de ações.

20

As vozes presentes no texto 1 só NÃO incluem a voz:

- (A) do autor do texto;
- (B) do criador do Facebook;
- (C) de pessoas não nominalizadas;
- (D) do brasileiro Eduardo Savarin;
- (E) do Banco Goldman Sachs.

Conhecimentos Específicos

21

João e Maria vivem uma situação de litígio em relação à filha comum, que se recusa a ver o pai e os familiares desse último. Segundo a mãe, tal repúdio se deve ao fato de a criança ter sofrido maus tratos por parte dos avós paternos, conforme supostamente ela lhe revelou. Por sua vez, a acusação é prontamente rebatida pelos familiares paternos, de tal modo que, com base na Lei nº 12.318/2010, João acusa Maria de alienação parental. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) os atos de alienação parental devem ser necessariamente constatados pela perícia, após declarados pelo juiz;
- (B) declarado indício de ato de alienação parental, o processo terá a tramitação normal, a menos que se verifique situação de violência contra a criança ou o adolescente;
- (C) caracterizados atos de alienação parental, o juiz poderá destituir o pátrio poder do alienador e aplicar sanção penal caso apresente relato falso à autoridade judiciária;
- (D) apresentar falsa denúncia contra avós para dificultar ou obstar a convivência é um exemplo tipificado como ato de alienação parental;
- (E) as partes deverão utilizar o procedimento de mediação judicial ou extrajudicial para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial.

22

O ano de 2015 foi sem dúvida importante para a mediação no Brasil, na medida em que foi sancionada a lei nº 13.140/2015 que dispõe sobre o seu uso entre particulares como meio de solução de controvérsias e a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.

Com relação à mediação, analise as afirmativas a seguir:

I - Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

II - A mediação será orientada pelos princípios de imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, informalidade, autonomia da vontade das partes, busca do consenso, confidencialidade e boa-fé.

III - A pessoa designada para atuar como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

23

Maurício e Roberta estão separados há dois anos e possuem um filho, Bruno, com três anos de idade. Maurício possui o direito de conviver com Bruno, sob forma de visita regulamentada, em finais de semana e quartas-feiras quinzenais. Contudo, ele sentiu-se incomodado com as dificuldades em obter informações de interesse do filho, especialmente as escolares, além de pretender passar mais tempo em sua companhia. Assim, Maurício ajuizou uma ação de guarda compartilhada, sobre a qual é correto afirmar que:

- (A) a guarda compartilhada pressupõe necessariamente a alternância do tempo de convívio com o filho, devendo ser consideradas as condições fáticas e os interesses dos filhos;
- (B) quando não houver acordo quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um deles declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor;
- (C) para estabelecer as atribuições do pai e da mãe, o juiz poderá basear-se em orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar, cabendo à parte interessada ajuizar outra ação, de regulamentação de visita, para que seja definida a convivência familiar;
- (D) se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deferirá a guarda a pessoa com maior relação de afinidade e afetividade e condições financeiras para o seu sustento;
- (E) não há obrigação legal para a prestação de informações por parte do estabelecimento público ou privado a qualquer um dos genitores.

24

Luciana iniciou o trabalho como psicóloga do Tribunal de Justiça e precisa saber como organizar os laudos decorrentes de suas avaliações psicológicas. Para tanto, consultou a Resolução CFP nº 001/2009 que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos. Segundo a resolução:

- (A) o registro documental em papel ou digitalizado tem caráter público quando se tratar de atendimento realizado em instituição pública;
- (B) os documentos agrupados nos registros devem contemplar identificação do usuário, procedimentos técnico-científico realizados, diagnóstico e prognóstico;
- (C) a guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo, da equipe multiprofissional do caso atendido e do chefe de setor imediato;
- (D) o registro documental serve como meio de prova idônea para processos disciplinares e defesa legal;
- (E) fica garantido ao usuário ou representante legal o acesso parcial, mediante autorização do psicólogo, às informações registradas em seu prontuário.

25

Um juiz encaminha ao psicólogo uma criança cujos pais disputam a guarda para a realização de perícia. Com base nas resoluções CFP nº 017/2012, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos, e CFP nº 008/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- (A) o trabalho pericial terá como garantia o princípio fundamental de bem-estar exclusivo da criança;
- (B) o periciado deve ser informado acerca dos motivos, das técnicas utilizadas, datas e local da avaliação pericial psicológica;
- (C) quando a pessoa atendida for criança, é necessário o consentimento formal de pelos menos um dos genitores, mesmo não sendo o responsável legal;
- (D) a devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para a síntese da demanda inicial, explicitação dos procedimentos utilizados, o diagnóstico e prognóstico;
- (E) em seu relatório, o psicólogo perito pode adentrar as decisões judiciais referentes à guarda da criança.

26

“Sua majestade, o bebê” é a expressão encontrada por Freud (1914) para designar o investimento libidinal dos pais sobre a criança na formação de seu ego. Mais do que simplesmente uma fase evolutiva, corresponde a uma estase da libido que nenhum investimento de objeto permite ultrapassar completamente. Para tanto, Freud lança o conceito de:

- (A) complexo de Édipo;
- (B) sexualidade infantil perverso-polimorfa;
- (C) recalamento originário;
- (D) complexo de castração;
- (E) narcisismo.

27

Pierre Legendre é um autor de inegável importância nas discussões entre o direito e a psicanálise. Para o autor, a humanidade vive e se reproduz dando sentido ao face a face entre pais e filhos, de acordo com a estrutura do interdito e as modalidades jurídicas. Donde a importância das categorias genealógicas de filiação, sem as quais não é possível sequer a reprodução da vida humana. As categorias de filiação e, portanto, de reprodução são garantidas pelo poder genealógico que emana:

- (A) do totem e tabu;
- (B) do Pai primitivo;
- (C) do Estado;
- (D) da sociedade disciplinar;
- (E) do complexo de Édipo.

28

De forma controversa, o Depoimento sem Dano ou Depoimento Especial tem sido justificado pelo art. 12 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que preconiza o direito de a criança expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela e ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que a afete. Por sua vez, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), na Resolução nº 169/2014, estabelece que o atendimento não pode agravar o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes, devendo-se respeitar o tempo e o silêncio de quem é ouvido. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

- (A) o direito de se expressar não é equivalente à obrigação de depor como vítima ou testemunha de um crime;
- (B) o psicólogo é o profissional mais qualificado para a inquirição da criança vítima de violência;
- (C) o método tradicional de depoimento da criança em audiência oferece menos dano do que o Depoimento Especial;
- (D) a subjetividade, de acordo com a psicologia e a psicanálise, não tem ligação com as leis e as formas jurídicas;
- (E) a criança não deveria ser escutada em processos judiciais na medida em que a expõem a situações perturbadoras.

29

A psicologia iniciou sua trajetória científica através do estudo experimental dos processos psicológicos, os “elementos da mente”. Contudo, ela não ficou restrita aos limites do laboratório, dando origem a testes e avaliações que pudessem ser aplicados em diversos locais e com várias pessoas ao mesmo tempo. Com a acumulação de saber sobre a percepção, motivação e emoção, memória, aquisição de hábitos, tempo de reação, etc., a psicologia realizou historicamente a primeira grande aproximação com o campo do direito com o principal objetivo de:

- (A) definir o melhor guardião para os filhos de casal separado;
- (B) habilitar famílias e preparar órfãos e enjeitados para a adoção;
- (C) acompanhar medidas socioeducativas para jovens infratores;
- (D) controlar os casamentos para evitar a transmissão da degenerescência;
- (E) avaliar a fidedignidade do testemunho em relação a um ato criminal.

30

Importantes transformações sociais, advindas do processo de redemocratização da sociedade brasileira, no decorrer da década de 1980, tiveram influência significativa na produção textual da Constituição de 1988 e na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Com relação às diferenças de abordagem social e jurídica das concepções menoristas e a atual concepção estatutária diante das crianças e adolescentes autores de atos infracionais, analise as afirmativas a seguir:

I - Na hipótese de cometimento de ato infracional as crianças não serão alvo de medidas socioeducativas, devendo ser encaminhadas para os Conselhos Tutelares.

II - A concepção menorista, expressa nos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, fundou-se na Doutrina Jurídica da Situação Irregular, cuja principal característica é se destinar a uma categoria sociologicamente indefinida, os “menores em situação irregular”.

III - A Doutrina Jurídica da Proteção Integral considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, o que se revela desafiante na construção de novas práticas institucionais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

31

Renata e Daniel convivem maritalmente há cinco anos e são responsáveis pela assistência moral, material e educacional do filho de Renata, Yuri, de 4 anos. Muito embora a criança tenha sido reconhecida legalmente pelo pai biológico, Antônio, esse não mantém qualquer contato com o filho desde o nascimento. Diante disso, Daniel decidiu adotar Yuri. Segundo as disposições trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) Daniel precisará se habilitar para adoção do menino, devendo ser inscrito no Cadastro Nacional de Adoção;
- (B) o processo de adoção formulado por Daniel não necessitará do consentimento de Antônio, já que ele não convive com o filho;
- (C) a adoção será deferida em favor de Daniel e a revelação sobre a origem biológica de Yuri não será necessária, pois o menino acredita ser filho biológico do adotante;
- (D) como se trata de hipótese de adoção unilateral, não será necessária a habilitação do adotante para inserção no Cadastro Nacional de Adoção;
- (E) a adoção será deferida em favor de Daniel, mas deverá ser precedida de estágio de convivência com o adotante.

32

Jonathan, 15 anos, foi pego em flagrante na prática de ato infracional. Na audiência, a autoridade judiciária aplicou a medida socioeducativa de internação ao adolescente. Com relação a essa medida, é correto afirmar que:

- (A) será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário;
- (B) será aplicada com prazo determinado, ao término do qual será reavaliada a condição do socioeducando;
- (C) a critério da autoridade judicial, em situações excepcionais, a medida de internação poderá exceder a três anos;
- (D) durante o período de internação, exceto provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas;
- (E) a autoridade judicial, ouvido o Ministério Público, poderá determinar a incomunicabilidade do adolescente, se existirem motivos sérios e fundados nesse sentido.

33

Em consonância com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 008/2010, considera-se que o psicólogo assistente técnico:

- (A) é o profissional designado a assessorar a Justiça no limite de suas atribuições, emitindo posicionamento de sua competência teórico-técnica, a qual subsidiará a decisão judicial;
- (B) é o profissional de confiança da parte para assessorá-la e garantir o direito ao contraditório, não sendo sujeito a impedimento ou suspeição legais;
- (C) deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa;
- (D) produzirá relatório de cunho decisório sobre a dinâmica em análise, de forma a subsidiar o juiz, que não possui a expertise para decidir em conflitos relacionais;
- (E) complementará o estudo psicológico resultante da perícia, elucidando quesitos porventura propostos pelo psicólogo perito.

34

Elisa é psicóloga clínica. Em seu consultório atende Marília, que está se separando de Oscar, seu companheiro há 10 anos e com quem possui uma filha, Clara, de 6 anos. Diante dos conflitos advindos da separação, Marília pergunta se Elisa poderá atuar como perita ou assistente técnica em seu processo de separação. À luz das Resoluções do CFP nº 017/2012 e nº 008/2010, Elisa:

- (A) poderá atuar tanto como perita quanto como assistente técnica no processo apenas se houver consentimento expresso de Oscar;
- (B) somente poderá atuar como perita no processo;
- (C) somente poderá atuar como assistente técnica no processo;
- (D) não poderá atuar nem como perita nem como assistente técnica no processo;
- (E) poderá atuar como perita e/ou como assistente técnica, independentemente da autorização de Oscar.

35

Cláudia atua como psicóloga na instituição de acolhimento Paz e Vida, de cunho religioso, que atende meninos de 12 aos 18 anos incompletos. No início desse ano, o adolescente Evandro, 16 anos, foi acolhido na instituição por se encontrar em situação de rua. O ingresso do adolescente no ambiente institucional causou grande constrangimento, pois o jovem se declara abertamente homossexual, o que conduziu Miguel, dirigente da instituição, a solicitar que Cláudia desenvolva estratégias para que Evandro possa superar a homossexualidade. Diante da demanda de Miguel e à luz da Resolução do CFP nº 001/1999, Cláudia:

- (A) poderá encaminhar Evandro para a rede de saúde existente no município, visando ajudá-lo a superar a homossexualidade;
- (B) deverá atender psicoterapeuticamente Evandro, auxiliando-o a compreender e superar os desejos homoafetivos;
- (C) deverá buscar profissional especializado em sexologia, de forma a minimizar os conflitos decorrentes da psicopatologia;
- (D) poderá desenvolver intervenções institucionais no abrigo, visando ressignificar a visão de doença, perversão e desvio presentes no discurso do dirigente;
- (E) poderá atender psicoterapeuticamente Evandro e sua família biológica, buscando compreender a origem do comportamento e buscar sua transformação.

36

A Justiça Restaurativa:

- (A) propõe o crime como ato que viola a norma estatal, considerando a pena como reação correta à conduta delitiva;
- (B) centraliza no Estado o papel definidor do tipo penal, cabendo a ele a atribuição da sanção segundo a norma instituída;
- (C) pensa o crime pelo viés comutativo na atribuição de pena proporcional ao mal praticado, considerando o processo intimidatório como primordial no controle da conduta do infrator;
- (D) considera a infração pela lógica distributiva, destinando serviços e benefícios a cada infrator de forma desigual, visando recuperar o infrator e reintegrá-lo à sociedade;
- (E) concebe o crime como violação à pessoa e às relações interpessoais, valorizando a reparação dos danos causados à vítima, à sociedade, ao ofensor e às relações interpessoais.

37

Ana Luísa, 7 anos, começou a apresentar comportamentos arredios e isolados na escola, relatando à professora práticas de abuso sexual praticados por seu pai, Sr. Renato, contra ela. Descobriu-se que as situações acontecem durante a parte do dia em que o pai fica sozinho com a criança, enquanto a mãe de Ana Luísa trabalha. Diante dessa informação, a escola imediatamente comunicou à mãe da menina, Sra. Giovana, que buscou a Justiça da Infância e Juventude. Frente a tais relatos, a autoridade judicial determinou cautelarmente o afastamento do agressor do lar familiar, fixando alimentos provisórios que devem ser pagos pelo Sr. Renato em favor da filha. De acordo com o ECA:

- (A) o juiz da Infância e Juventude não poderá decidir nesse caso, pois se trata de conflito entre pai e mãe, que deverá ser resolvido por juiz de Vara de Família;
- (B) o juiz da Vara de Infância é o responsável pelo afastamento cautelar, mas a fixação dos alimentos provisórios é competência do juiz da Vara de Família;
- (C) o juiz da Vara de Infância é o responsável pela fixação dos alimentos provisórios, mas o afastamento cautelar do lar é competência do juiz da Vara de Família;
- (D) o juiz da Vara de Infância e Juventude é a autoridade judicial competente tanto para a fixação dos alimentos provisórios quanto pelo afastamento cautelar nesse caso;
- (E) o juiz criminal é a autoridade judicial competente pela decisão de afastamento cautelar, cabendo ao juiz da Vara de Família a fixação dos alimentos provisórios.

38

O Sr. José Alfredo (66 anos) foi encontrado pela Vigilância Sanitária em um barraco, desamparado, em precárias condições de saúde. Diante dos riscos a que vinha sendo exposto, foi colocado em instituição de acolhimento que atende idosos. Através de estudos psicossociais foi descoberto que o Sr. José Alfredo possui dois filhos, Antônio e Manoel. Em função dessa informação, cogitou-se na propositura de ação de alimentos face aos filhos, mas o idoso recusa peremptoriamente que a ação seja movida perante seu filho Manoel, desejando que apenas Antônio figure como polo passivo da ação. Segundo o idoso, Antônio é um empresário bem sucedido, com boas condições financeiras, enquanto Manoel é profissional autônomo da construção civil, com dificuldades para sobreviver. À luz do Estatuto do Idoso, o desejo do Sr. José Alfredo:

- (A) não pode ser atendido, pois a obrigação alimentar é solidária, não cabendo ao idoso optar entre os prestadores;
- (B) não pode ser atendido, pois a obrigação alimentar é preferencial, não cabendo ao idoso a definição do alimentante preferencial;
- (C) pode ser atendido, pois a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores;
- (D) pode ser atendido, pois a obrigação alimentar é preferencial, cabendo ao idoso a definição do alimentante preferencial;
- (E) não pode ser atendido, pois a obrigação alimentar é exclusiva do cônjuge e dos ascendentes, não havendo transmissão da obrigação aos descendentes.

39

A questão da revelação atravessa todas as etapas da adoção, desde a preparação dos pretendentes pela equipe interprofissional até depois que a adoção foi consumada. De acordo com o que está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) a revelação ao adotado de sua origem biológica será feita pela equipe psicossocial do Juízo no curso de audiência designada para essa finalidade;
- (B) o direito de ser informado pelos pais de sua condição de adotado é adquirido pelo filho adotivo a partir de 16 (dezesseis) anos;
- (C) o acesso ao processo no qual a medida de adoção foi aplicada poderá ser deferido ao adotado adolescente a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica;
- (D) é desaconselhável a revelação da adoção para as crianças, considerando seu estágio de desenvolvimento e as limitações na capacidade de compreensão sobre as implicações da medida;
- (E) em atenção a pedido fundamentado e circunstanciado dos adotantes, o processo relativo à adoção e outros a ele relacionados serão eliminados do arquivo.

40

Mãe de dois filhos adolescentes, Valéria havia iniciado a faculdade de História quando se descobriu novamente grávida. O terceiro filho, hoje com 4 (quatro) anos, ocupa integralmente Valéria, que é extremosa nos cuidados com sua segurança, alimentação e higiene e ainda o considera muito imaturo para iniciar a escolaridade. O comportamento de Valéria é sugestivo da dinâmica do mecanismo de defesa de:

- (A) identificação projetiva;
- (B) intelectualização;
- (C) conversão;
- (D) deslocamento;
- (E) formação reativa.

41

Diagnosticada com transtorno de personalidade borderline (TPB), a jovem Mariana, 19 anos, foi atendida na emergência de um hospital geral após ter sido encontrada desacordada em meio às embalagens vazias de seus medicamentos psiquiátricos. Temendo que após o atendimento clínico a jovem empreendesse nova tentativa de suicídio, a mãe de Mariana pediu sua transferência para um hospital psiquiátrico. Considerando o quadro clínico de Mariana e a legislação que trata da proteção da pessoa com transtorno mental, é correto afirmar que:

- (A) o tratamento em regime de internação psiquiátrica dependerá da concordância expressa de Mariana;
- (B) em se tratando de menor de 21 anos, será necessária a autorização judicial para a internação psiquiátrica;
- (C) o embotamento afetivo e o isolamento social típicos dos pacientes com TPB são indicadores para a internação;
- (D) a internação psiquiátrica pedida pela mãe poderá ser realizada após avaliação e de acordo com a indicação médica;
- (E) a tentativa de suicídio no TPB tem um padrão teatral, sem risco real à integridade física dos pacientes.

42

O ECA preconiza a inclusão de crianças ou adolescentes afastados do convívio com sua família de origem em programas de acolhimento familiar de preferência ao acolhimento institucional. Considerando os aportes teóricos de John Bowlby, as vantagens do acolhimento familiar sobre o acolhimento institucional para o desenvolvimento emocional saudável de um bebê se justificariam pela:

- (A) oportunidade de estabelecer uma relação continuada com um substituto materno cuidador significativo e estável;
- (B) sucessão de agentes cuidadores, proporcionando diferentes oportunidades de vinculação e atenção;
- (C) possibilidade de prevenção da depressão anaclítica que acomete bebês subitamente privados da convivência materna;
- (D) proteção contra as falhas ambientais conferida pelo vínculo de apego criado com uma mãe suficientemente boa;
- (E) provisoriedade dos vínculos afetivos construídos com os cuidadores temporários no aguardo da colocação familiar definitiva.

43

Em relação ao grave problema da violência intrafamiliar, é possível identificar a existência de condições particulares individuais, familiares e coletivas que aumentam o risco de ocorrência de situações de violência. Analise os fatores a seguir, considerando o risco para a ocorrência de violência na família:

I – a maior incidência de abuso de drogas e álcool;

II – a presença de um modelo familiar violento na história de origem das pessoas envolvidas;

III – as organizações familiares não convencionais – monoparentais, homoafetivas, mosaico;

IV – a dependência econômica e/ou emocional por parte de um ou mais membros.

Os fatores de risco para a ocorrência de violência na família são:

- (A) somente I e IV;
- (B) somente II e III;
- (C) somente I, II e III;
- (D) somente I, II e IV;
- (E) I, II, III e IV.

44

O uso indevido de substâncias entorpecentes tem sido objeto de atenção especial em todas as esferas da sociedade, inclusive nos Sistemas Judiciário e Penitenciário, onde merece atenção a estreita relação entre os diversos delitos e o abuso dessas substâncias. Com foco na ressocialização desses indivíduos, muitos tribunais instituíram um programa judicial de atenção ao infrator usuário e ao dependente químico, conhecido como Justiça Terapêutica, cuja colocação em prática fica a cargo da equipe técnica ligada ao Juízo de Execução Penal.

São atribuições dos psicólogos que atuam no programa, EXCETO:

- (A) propor a transação penal aos infratores no curso das audiências nos Juizados Especiais Criminais ou nas Varas Criminais;
- (B) avaliar e encaminhar apenados para tratamento em instituição especializada em dependência química e acompanhar sua frequência ao tratamento;
- (C) coordenar grupos de reflexão com apenados em torno de temas relativos às drogas e aos benefícios da medida alternativa;
- (D) prover suporte aos familiares para promover a implicação das famílias com a medida e com o tratamento de dependência química dos infratores;
- (E) realizar entrevistas individuais para buscar um maior compromisso do beneficiário com a medida e elevar o nível de motivação para o tratamento.

45

A avaliação psicológica consiste em um estudo que requer planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins para os quais se destina. Considerando a avaliação psicológica no contexto judiciário, é correto afirmar que:

- (A) de acordo com a especialização das competências na equipe técnica judicial, as visitas domiciliares e institucionais são recursos privativos do assistente social;
- (B) a aplicação de testes psicológicos objetivos e/ou projetivos é reservada ao psicodiagnóstico no contexto clínico, não cabendo seu uso pericial;
- (C) o juiz deverá requerer a autorização formal dos responsáveis legais para a avaliação psicológica quando se tratar de periciando menor de idade;
- (D) o psicólogo judicial está diretamente subordinado técnica e administrativamente à autoridade judiciária que demandou a avaliação;
- (E) na atuação em equipe multiprofissional, o psicólogo compartilhará somente informações relevantes para qualificar os serviços prestados.

46

Uma empresa estatal tem um número significativo de funcionários que estão a cinco anos de completarem o tempo exigido para aposentadoria. A empresa quer implantar um programa de preparação para aposentadoria, visando ao bem-estar desses colaboradores e apoiando-os na transição para a essa nova fase. A empresa gostaria de proporcionar, especificamente, apoio e orientação formal no que se refere ao estabelecimento de objetivos de curto, médio e longo prazos e à identificação de aspectos pessoais a serem desenvolvidos para um aprimoramento integral da vida. É um método de desenvolvimento de pessoas na organização que pode ser direcionado e utilizado para tal objetivo:

- (A) instrução programada;
- (B) treinamento de sensibilidade;
- (C) aprendizagem prática;
- (D) *coaching*;
- (E) reunião de confrontação.

47

O chefe de uma equipe especializada em suporte de TI constantemente explicita aos funcionários o que se espera deles e proporciona diretrizes específicas para a realização das tarefas e o atingimento dos objetivos propostos. O estilo de liderança do gerente é do tipo:

- (A) apoiador;
- (B) participativo;
- (C) visionário;
- (D) orientado para realização;
- (E) diretivo.

48

A diretora de recursos humanos de uma empresa fabricante de autopeças quer avaliar os resultados dos projetos de desenvolvimento de pessoas realizados no ano anterior. O foco principal desses projetos foi o treinamento para melhoria do desempenho no nível dos cargos, e os projetos utilizaram métodos diversos, como participação em cursos externos, aprendizagem prática e exercícios de simulação. A diretora poderia utilizar como indicadores de avaliação dos resultados dessas iniciativas, no nível dos cargos:

- (A) melhoria da qualidade e redução do índice de acidentes de trabalho;
- (B) melhoria do clima organizacional e melhoria da qualidade de vida no trabalho;
- (C) melhoria da imagem da empresa e redução do absenteísmo;
- (D) redução da rotatividade e alcance dos objetivos de treinamento;
- (E) aumento da produtividade e aumento da eficácia organizacional.

49

Uma empresa atua em um ambiente relativamente estável e previsível, adotando estratégia de negócio conservadora e defensiva. Nesse contexto, a estratégia de recursos humanos relativa ao treinamento e desenvolvimento de pessoas deve estar voltada para:

- (A) treinamento genérico e comparação de habilidades;
- (B) treinamento específico e comparação de habilidades;
- (C) treinamento em equipe e construção de habilidades;
- (D) treinamento genérico e construção de habilidades;
- (E) treinamento externo e construção de habilidades.

50

A cultura organizacional apresenta-se em diferentes níveis. A realização de um diagnóstico da cultura de uma organização envolve o conhecimento desses diversos níveis. Para se conhecer o nível dos artefatos é preciso, entre outros aspectos:

- (A) identificar os valores organizacionais compartilhados;
- (B) observar os símbolos, a linguagem e o vestuário;
- (C) conhecer a história pessoal dos fundadores da organização;
- (D) observar como os líderes reagem a incidentes críticos;
- (E) identificar os pressupostos básicos que se manifestam nos valores organizacionais.

51

Um dos fenômenos que podem afetar negativamente o desempenho dos grupos de trabalho é a chamada “folga social”, ou a tendência que as pessoas têm de se esforçar menos quando trabalham em grupo do que quando trabalham sozinhas. Uma das maneiras de se reduzir a folga social em uma equipe de trabalho é:

- (A) evitar o domínio da minoria com poder;
- (B) reduzir o pensamento grupal (*groupthink*);
- (C) adotar estilo de liderança democrático;
- (D) decompor as metas comuns em metas individuais;
- (E) praticar a escuta ativa.

52

Uma equipe de trabalho de cinco pessoas tem rede de comunicação que segue rigidamente a cadeia formal de comando. Esse tipo de rede de comunicação é conhecido como de cadeia, e é mais eficaz do que os demais tipos de rede de comunicação quando o foco está na(o):

- (A) satisfação dos membros da equipe;
- (B) velocidade da comunicação;
- (C) precisão da comunicação;
- (D) fortalecimento da liderança;
- (E) *feedback* pessoal.

53

Em uma reunião de equipe, os funcionários A e B entraram em conflito sobre a melhor forma de realizar determinado trabalho. Como não houve consenso sobre a melhor abordagem a adotar, a reunião foi suspensa pelo gerente. Outra reunião foi marcada e o impasse permaneceu, até que A declarou que “sempre trabalhamos bem nesta equipe, e acredito que esse é o aspecto principal. Vamos implementar a solução proposta por B e, se preciso, faremos acertos no futuro”. O conflito descrito e a estratégia de administração de conflitos apresentada foram, respectivamente, dos tipos:

- (A) conflito de processo; abordagem de acomodação;
- (B) conflito de tarefa; abordagem de colaboração;
- (C) conflito de relacionamento; abordagem de evitação;
- (D) conflito de processo; abordagem de compromisso;
- (E) conflito de tarefa; abordagem de evitação.

Legislação Específica

54

Em relação à composição do Tribunal de Justiça, a Constituição do Estado de Rondônia estabelece que:

- (A) a integralidade dos Desembargadores será oriunda dos Juízes de Direito de entrância especial, que serão promovidos, alternadamente, por antiguidade e merecimento, vedada a promoção daqueles que estejam respondendo a processo administrativo disciplinar;
- (B) a integralidade dos Desembargadores será oriunda dos Juízes de Direito de terceira entrância, que serão promovidos, alternadamente, por antiguidade e merecimento, vedada a promoção daqueles que tenham sido condenados, em decisão definitiva, em processo administrativo disciplinar nos últimos 5 anos;
- (C) os cargos de Desembargadores serão preenchidos, em igual proporção, por Juízes de Direito de terceira entrância, membros do Ministério Público e da Advocacia Pública de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de carreira, que serão promovidos, alternadamente, por antiguidade e merecimento;
- (D) um quinto de seus lugares será composto de membros do Ministério Público e da Defensoria Pública de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de carreira, indicados, em lista tríplice, pelos órgãos de representação das respectivas classes;
- (E) um quinto de seus lugares será composto de membros do Ministério Público e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de carreira ou de efetiva atividade profissional, respectivamente, indicados, em lista sêxtupla, pelos órgãos de representação das respectivas classes.

55

Marcela, servidora pública civil estável do Estado de Rondônia, é responsável legal e cuida diretamente de seu filho Joaquim, de 30 anos, que é portador de necessidade especial e, comprovadamente, necessita de sua assistência permanente, independentemente de estar sob tratamento terapêutico. De acordo com o texto da Constituição Estadual que rege a matéria, Marcela:

- (A) terá redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, com redução proporcional de sua remuneração, enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica de seu filho;
- (B) terá redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração, enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica de seu filho;
- (C) não terá redução em sua carga horária de trabalho, em decorrência do princípio da isonomia, já que não é a própria servidora que é portadora de necessidade especial;
- (D) terá redução de 25% (vinte e cinco por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração, enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica de seu filho;
- (E) terá redução de 25% (vinte e cinco por cento) de sua carga horária de trabalho, com redução proporcional de sua remuneração, pelo período de até 1 (um) ano, prorrogável uma vez.

56

O Ministério Público Estadual, após receber peças de informação do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO) contendo indícios de ilícito penal, ofereceu denúncia em face de determinado Juiz de Direito titular de vara de primeira entrância, imputando-lhe a prática de crime comum. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, o órgão competente para processar e julgar originariamente o caso em tela é:

- (A) o Superior Tribunal de Justiça;
- (B) o Tribunal Pleno do TJ-RO;
- (C) o Conselho da Magistratura do TJ-RO;
- (D) uma das Câmaras Criminais do TJ-RO;
- (E) uma das Varas Criminais de entrância especial do TJ-RO.

57

Consoante dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, ao 1º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca da Capital compete o processamento e o julgamento:

- (A) das ações de investigação de paternidade e das causas de interdição, tutela e quaisquer outras relativas ao Estado e capacidade das pessoas;
- (B) das causas de alimentos e das relativas à posse e guarda dos filhos menores, quer entre os pais, quer entre estes e terceiros, e das de suspensão, extinção ou perda do poder familiar;
- (C) das questões relativas à instituição e à extinção do bem de família e ao abrigo de menores, inclusive no aspecto correicional dos abrigos;
- (D) dos procedimentos de atos infracionais, execução das medidas socioeducativas e tudo que seja a elas inerente, inclusive no tocante ao aspecto correicional dos centros de internação;
- (E) das causas de extinção do poder familiar, de infrações administrativas, de abrigo de menores e dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

58

Em matéria de movimentação de pessoal, de acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia:

- (A) é vedada a movimentação *ex-officio* de servidor que esteja regularmente matriculado em Instituição de Ensino Superior de formação, aperfeiçoamento ou especialização profissional que guarde correspondência com as atribuições do respectivo cargo;
- (B) a cedência é o ato por meio do qual o servidor é transferido de uma unidade administrativa para outra dentro do mesmo órgão, por ato do titular do órgão, com ou sem alteração do domicílio ou residência, respeitada a existência de vagas no quadro lotacional;
- (C) é vedada a remoção, a pedido, para acompanhar o cônjuge que fixe residência em outra localidade, em virtude de deslocamento compulsório, devidamente comprovado, pois a hipótese seria de licença para trato de assuntos particulares;
- (D) a relocação é o ato por meio do qual o servidor é emprestado para outro Estado, Poder, Município, Órgão ou Entidade, e será sempre sem ônus para o órgão cedente, por Ato do Chefe do Poder Executivo, através de processo específico;
- (E) é vedada a remoção, a pedido, por motivo de tratamento de saúde do próprio servidor, do cônjuge ou dependente, ainda que fiquem comprovadas, em caráter definitivo pelo órgão médico oficial, as razões apresentadas pelo servidor, pois a hipótese seria de licença.

59

João, servidor público civil estável ocupante de cargo efetivo do Estado de Rondônia, pela segunda eleição consecutiva, deixou de atender convocação da Justiça Eleitoral para o serviço eleitoral. Levando em consideração a reincidência, de acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, na esfera disciplinar, a conduta de João:

- (A) não é passível de punição, pois se trata de fato estranho ao exercício de sua função, incidindo tão somente as consequências legais previstas na legislação eleitoral;
- (B) é passível de punição, observadas as formalidades legais, em especial o contraditório e a ampla defesa, com a cominação da penalidade de repreensão;
- (C) é passível de punição, observadas as formalidades legais, em especial o contraditório e a ampla defesa, com a cominação da penalidade de suspensão de até 10 dias;
- (D) é passível de punição, observadas as formalidades legais, em especial o contraditório e a ampla defesa, com a cominação da penalidade de suspensão de até 30 dias;
- (E) é passível de punição, observadas as formalidades legais, em especial o contraditório e a ampla defesa, com a cominação da penalidade de demissão.

60

Fábio, Analista Judiciário estável do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, durante suas férias, sofreu grave acidente automobilístico que lhe causou traumatismo craniano, com lesão cerebral. Apesar de não ter ficado incapaz para o serviço público, Fábio está com limitação em sua capacidade mental, conforme verificado em inspeção médica. Com base nas formas de provimento de cargo público previstas na Lei Complementar nº 68/1992, o servidor será:

- (A) exonerado, porque o acidente não ocorreu no efetivo exercício ou em razão da função pública;
- (B) demitido, porque o acidente não ocorreu no efetivo exercício ou em razão da função pública;
- (C) reintegrado, após receber alta médica, no mesmo cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens;
- (D) reconduzido em cargo de escolaridade e remuneração similares ou superiores às de seu cargo anterior;
- (E) readaptado em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que sofreu.

61

Em relação aos adicionais previstos na Lei Complementar nº 568/2010, que dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, é correto afirmar que:

- (A) o adicional de qualificação funcional é destinado aos servidores em razão de conhecimentos adicionais adquiridos em cursos de capacitação, aperfeiçoamento, extensão e especialização, até o limite de 50% do vencimento mais elevado da categoria funcional;
- (B) o adicional de produtividade é devido a todos os servidores que comprovarem, mediante relatório de avaliação periódica, eficiência no exercício de suas funções acima do ordinário, até o limite de 50% do vencimento mais elevado da categoria funcional;
- (C) o adicional de incentivo é devido ao servidor que completar 10 anos de serviço exclusivo ao Poder Judiciário de Rondônia ou 15 anos de cargo efetivo no serviço público estadual de Rondônia, 5 dos quais em efetivo exercício no Judiciário de Rondônia;
- (D) os adicionais de qualificação profissional, de incentivo e de produtividade não são devidos ao servidor em gozo de férias e licenças remuneradas e no abono natalino, bem como àquele condenado em processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 5 anos após a condenação definitiva;
- (E) os adicionais de qualificação profissional, de incentivo e de produtividade continuam sendo devidos ao servidor integrante da carreira jurídica que já fazia jus aos benefícios, no período em que estiver cedido a outro órgão público, em respeito ao princípio da isonomia.

62

De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, ao Conselho da Magistratura compete:

- (A) exercer a superior inspeção da Magistratura e a disciplina dos serviços da Justiça de primeiro grau;
- (B) indicar o juiz Diretor do Fórum para período de dois anos, admitida uma recondução;
- (C) decidir, em sessão reservada, sobre o acesso de Juiz de Direito ao Tribunal de Justiça e a promoção, de entrância para entrância, pelo critério de antiguidade;
- (D) propor ao Poder Legislativo a elevação do número dos membros do Tribunal, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;
- (E) conhecer e examinar a prestação de contas da Presidência, bem como exercer atividade disciplinar dos serviços da Justiça de segundo grau.

63

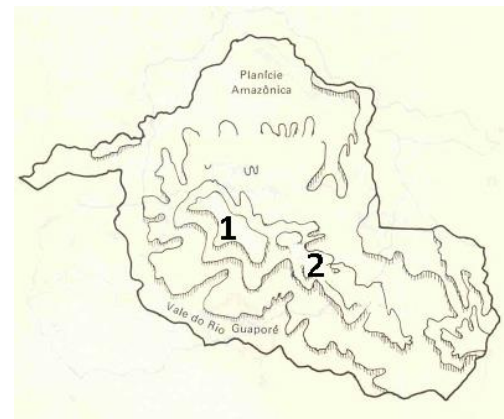
Conforme estabelece a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia, ao servidor é proibido:

- (A) ausentar-se do serviço durante o expediente, ainda que haja prévia autorização do chefe imediato;
- (B) opor resistência justificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviços;
- (C) retirar, ainda que haja prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- (D) participar, na qualidade de acionista ou cotista, de sociedade empresária privada;
- (E) aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.

Geografia e História de Rondônia

64

A ideia de que “a Amazônia é uma grande planície, ocupada por uma floresta tropical úmida, impenetrável” é um dos muitos mitos relacionados à região.



(Disponível em <http://historiacacoal.blogspot.com.br/2011/03/relevo-ro.html>)

Em Rondônia, o exemplo que contradiz a afirmativa é a existência das unidades geomorfológicas numeradas no mapa a seguir, que correspondem, respectivamente:

- (A) à Chapada dos Parecis e à Serra do Cachimbo;
- (B) à Serra dos Pacaás Novos e ao Planalto Rebaixado da Amazônia;
- (C) ao Planalto Residual do Guaporé e à Chapada dos Parecis;
- (D) à Serra dos Pacaás Novos e à Chapada dos Parecis;
- (E) à Serra do Cachimbo e à Serra dos Pacaás Novos.

65

A partir do século XX, diversos governos brasileiros determinaram a execução de uma política de ocupação e exploração da Região Amazônica. O período varguista (1930/1945) e o Regime Militar (1964/1985) foram dois desses períodos com projetos audaciosos de integração da região amazônica ao restante do país. Dentre as consequências desse processo, percebe-se a deterioração da região norte em função de vários aspectos, sendo um dos mais importantes:

- (A) a falta de um equilíbrio entre os projetos de exploração da região amazônica e a preservação da região;
- (B) a opção prioritária pelos projetos ferroviários para interligar a região;
- (C) o monopólio do capital estrangeiro sobre a exploração da região amazônica;
- (D) o interesse exclusivo no desenvolvimento do transporte naval na região;
- (E) a exclusividade dada ao capital externo na exploração da atividade mineradora.

66

“Tratado de permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia assinado na cidade de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, aprovado pelo Congresso Nacional em 12 de fevereiro de 1904, sancionado pelo presidente Rodrigues Alves em decreto de 18 de fevereiro, com troca mútua de ratificações em 10 de março, pelo qual se estabeleceram os limites entre Brasil e Bolívia e a incorporação definitiva do Acre ao território nacional.” (Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbete/s/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf>)

O tratado descrito no texto e a principal razão para sua sanção por parte do governo brasileiro são, respectivamente:

- (A) Tratado de Madri - expansão do território nacional;
- (B) Tratado de Petrópolis - interesse em explorar as seringueiras no território anexado;
- (C) Tratado de Ayacucho - riquezas minerais descobertas no território acreano;
- (D) Tratado de Petrópolis - alto valor indenizatório a ser pago pelo governo boliviano;
- (E) Tratado de Ayacucho - construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

67

O processo de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré pode ser comparada a de um livro de aventura tanto são os personagens envolvidos e as reviravoltas no processo de construção. A obra deixou um rastro de mortes, dificuldades na execução e gasto excessivo de recursos. Apesar de tudo, a ferrovia foi inaugurada em abril de 1912. A construção da ferrovia foi viabilizada principalmente pelo(a):

- (A) capital privado nacional oriundo das oligarquias da região;
- (B) presença do capital privado nacional através do Barão de Mauá;
- (C) presença do capital externo norte-americano na execução da construção da obra;
- (D) financiamento concedido pelo governo brasileiro através do Banco da Amazônia;
- (E) esforço da população que encampou forte campanha para arrecadação de fundos.

68

O uso da floresta úmida para agricultura, normalmente envolvendo desmatamento, altera radicalmente as características ecológicas, tais como a vegetação, solos, ciclos de nutrientes e diversidade de espécies. Padrões míopes de uso da floresta úmida têm levantado preocupações amplamente compartilhadas. É importante examinar algumas dessas preocupações, incluindo alguns desses equívocos populares a respeito das consequências ambientais, para que se possa avaliar a agricultura pioneira em termos de seu custo ambiental e chances de sustentabilidade a longo prazo.”

(FEARNSIDE, Philip. A floresta úmida tropical como um ecossistema. Disponível em <http://philip.inpa.gov.br/>)

Um dos problemas ambientais decorrentes das alterações sobre o ambiente natural em destaque é:

- (A) a perda de fertilidade do solo em razão da redução da serapilheira;
- (B) maior formação dos rios voadores, responsáveis por chuvas no centro-sul brasileiro;
- (C) o aumento da erosão superficial decorrente da redução do processo de lixiviação do solo;
- (D) a maior atuação da massa tropical continental sobre a região, aumentando as estiagens;
- (E) a redução da amplitude térmica anual, com maior ocorrência do fenômeno da friagem.

69

Em função da participação do Brasil na II Guerra Mundial (1939/1945), ocorreu uma segunda corrente migratória para a região amazônica a fim de aumentar a oferta de mão de obra para a exploração da borracha. Estima-se o número de seringueiros que chegaram a região em 34.000 pessoas só no ano de 1942.

Em relação a tal processo de migração, é correto afirmar que:

- (A) a presença de população do sul do país foi a característica principal nesse processo;
- (B) a presença de retirantes nordestinos foi a tônica desse processo;
- (C) a presença da população sem-terra da região centro-oeste foi majoritária nesse processo;
- (D) a presença da população açoriana de Santa Catarina foi a mais importante nesse processo;
- (E) a presença exclusiva da população paulista foi fundamental para o desenvolvimento desse processo.

70

O processo de formação socioespacial de Rondônia é deflagrado, seguindo padrões de ocupação vinculados à exploração de suas reservas naturais e guiado por intervenções governamentais que condicionam as instituições locais, moldando o modo como seu espaço se organiza. (NASCIMENTO, Claudia. A formação do espaço de Rondônia: uma análise do zoneamento socioecológico econômico e do uso e cobertura da terra.)

Como forma de tentar solucionar os problemas ambientais existentes, surgiram projetos que nortearam o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Rondônia. A respeito desses principais projetos, analise as afirmativas a seguir:

I - O POLONOROESTE foi criado em 1981 e teve a intenção de melhorar a integração da região aos centros já modernizados do sul, além de uma estratégia de proteção ambiental e de preservação das comunidades indígenas e extrativistas.

II – O PLANAFLORO (Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia) surgiu em 1986 e teve como objetivo geral implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do Estado.

III - O Programa Amazônia Sustentável (PAS), lançado em 2008, tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, o uso e a proteção dos recursos naturais e foi muito criticado por não relacionar as comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas ou ribeirinhas e o conhecimento que possuem da região.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) todas as afirmativas.

Discursiva

1

José e Shirley possuem dois filhos, um adolescente do sexo masculino e uma criança do sexo feminino, e estão separados há cerca de dois anos, depois de inúmeras discussões que culminaram numa agressão física que a mulher diz ter sofrido do marido. Shirley saiu de casa e levou consigo os dois filhos. Contudo, ela iniciou um relacionamento com outra mulher. O adolescente passou então a repudiar a mãe e quis residir com o pai. José pediu judicialmente a guarda do filho e Shirley pediu a da filha, além de solicitar a regulamentação de visita em relação ao jovem. O Juiz encaminhou o caso ao psicólogo para avaliação.

Redija o relatório psicológico em, no máximo, 30 (trinta) linhas, de acordo com os princípios norteadores e os itens que compõem a estrutura do relatório psicológico, conforme as orientações do Manual de Elaboração de Documentos Escritos (Resolução CFP nº 007/2003).

É permitido ao candidato inventar e acrescentar dados ao caso com objetivo de fundamentar o seu documento.

Redação

O texto 1 da prova objetiva nos fala do sucesso de uma empresa, que surgiu a partir da criatividade e conhecimento de um jovem estudante. Nos dias atuais, a tarefa educativa parece distanciar-se de um projeto puramente cultural de conhecer, dirigindo-se preferencialmente ao fazer de forma inovadora.

Certamente você, como muitos outros, já teve uma ideia criativa para a solução de algum problema que incomoda os brasileiros (ou parte deles).

Exponha sua ideia, esclarecendo o porquê de sua criação ou sugestão, apoiando-a em argumentos convincentes, por meio da elaboração de um texto dissertativo-argumentativo, com um número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, em linguagem culta, sobre o tema acima.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

 **FGV PROJETOS**